

CONDE DA ERICEIRA



Produção intelectual, casa real e luto: vida e obra do 4.º conde da Ericeira (1673-1743)*

Iuri Fernandes **

Apresentação do tema e estado da questão

D. Francisco Xavier José de Meneses, 4.º conde da Ericeira (1673-1743) nasceu em 29 de janeiro de 1743. O aristocrata destacou-se pela sua intelectualidade. Através da participação ativa em academias, ao longo da sua vida, produziu mais de seis dezenas de textos. Já a sua biblioteca particular contou com mais de dezoito mil volumes. Na qualidade de diretor, censor e colaborador ativo nas sessões, a Academia Real da História logrou da sua presença entre 1721 e 1743.

Em primeiro lugar interessa conhecer a vida de D. Francisco bem como indagar o seu quotidiano familiar. De seguida, a análise das censuras realizadas às suas obras é de relevância no âmbito da explanação do seu legado e das suas relações com as instituições de poder, a saber: a Igreja, a Inquisição e a coroa. A categoria de obras laudatórias, nomeadamente os elogios fúnebres, destacaram-se entre a sua produção literária. Consequentemente, o quadro sentimental destes textos e a metodologia que o autor utilizava para destacar os seus objetos de estudo é aferido no decorrer desta investigação.

No estado da questão considerámos as obras que nos foram mais úteis em quatro domínios, a saber, as relativas à vida e obra do 4.º conde da Ericeira, as que se referem ao Santo Ofício da Inquisição e aos mecanismos censores, e, por fim, as que conceptualizaram as matérias relativas às emoções e aos sentimentos, na medida em que foram estes os principais temas que abordámos ao longo deste estudo.

A vida e a obra do 4.º conde da Ericeira, D. Francisco Xavier José de Meneses interessou a diversos autores^[1]. D. Francisco foi um dos responsáveis pelo impacto cultural que se verificou entre o final do século XVII e o início do século XVIII. Embora tenha sido muito interessado pela atividade académica em Lisboa, também foi perscrutada a sua atividade a nível internacional, nomeadamente na Royal Society, de Londres. O conde desempenhou diversas tarefas relacionadas com a erudição, tendo sido o responsável pela catalogação da

biblioteca particular dos condes do Vimioso. As temáticas relacionadas com Inquisição, censura e imprensa foram objeto de atenção por diversos autores.

Fernando Guedes^[2] aferiu a temática relacionada com a intelectualidade, partindo do caso dos livros que circulavam em Portugal e do impacto social que o Tribunal do Santo Ofício era detentor no quotidiano seiscentista e setecentista. O autor também perscrutou o papel dos livreiros e a sua relação com a Inquisição, de modo a avaliar as regras aplicadas ao ofício e contextualizou a sua evolução na época moderna. Por

seu lado, Ángel Alcalá^[3] averiguou a temática relacionada com a censura e a literatura em Portugal e em Espanha, de modo a refletir sobre o funcionamento e a eficácia das instituições. Também interessou a Rosemarie E. Horah^[4] a censura de livros luso-espanhóis ao longo do século XVI. Através deste texto, a autora examinou os motivos que levavam a proibir a publicação de um livro. O estudo

de Maria Teresa Payan Martins^[5] abordou o sistema de censura existente em Portugal nos séculos XVI a XVIII. A autora averiguou a forma como atuavam os censores da coroa, do Tribunal do Santo Ofício e da Igreja e quais eram os mecanismos utilizados pela Inquisição no que respeita ao controlo da circulação de impressos

proibidos em Portugal. J. M. de Bujanda^[6] fez um estudo comparativo entre a Inquisição castelhana e a portuguesa, comparando os mecanismos de censura das duas instituições. Neste seguimento, Ana Cristina da Costa Gomes^[7] refletiu sobre o impacto da censura preventiva sob os manuscritos.

A instauração do Tribunal do Santo Ofício bem como a regulamentação da censura foram temáticas indagadas por diversos autores ao longo das últimas décadas.

Refiram-se Francisco Bethencourt^[8], que analisou as semelhanças e as diferenças entre as inquisições portuguesa, espanhola e italiana; José Pedro Paiva, que discutiu a relação entre bispos e censura^[9], bem como a

obra de Giuseppe Marccocci e José Pedro Paiva^[10], na qual os autores refletiram sobre o Tribunal do Santo Ofício e o seu funcionamento entre o século XVI, e a sua extinção, no início do século XIX. Através do texto de Isabel Drumond Braga^[11] é possível aferir as mudanças estruturais no Tribunal do Santo Ofício aquando da transição dinástica ocorrida no dia 1 de dezembro de 1640. Por último, Jorge Fonseca^[12] abordou o caso dos livreiros em Lisboa entre os séculos XVI e XVII. A capital era o local onde mais livros eram impressos e era onde desembarcavam muitas embarcações vindas de diversos locais a nível internacional. Consequentemente, interessa saber a atuação da Inquisição em Lisboa, visto que era um local tão suscetível a circularem livros proibidos.

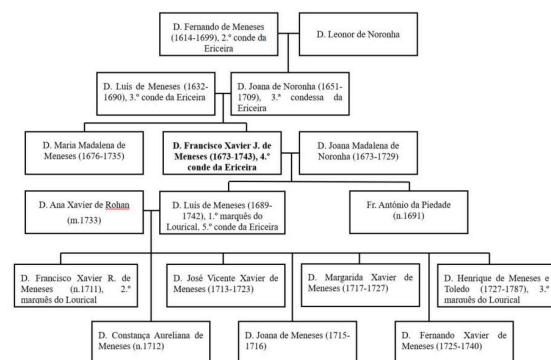
O estudo da história das emoções e dos sentimentos é uma prática recente, tal como será abordado no desenvolvimento deste artigo. A David Golman interessou o estudo da inteligência emocional. Grosso modo, o psicólogo perscrutou a influência dos sentimentos e das emoções no que respeita às relações interpessoais. Os mecanismos de manejo sentimental e diferentes abordagens emocionais foram temáticas que captaram a sua atenção^[13]. María Sánchez interessou-se pela representação das emoções na correspondência particular. Através deste estudo de caso, a autora refletiu sobre o conceito de emoção na Espanha da época moderna^[14]. A obra *Histoire des sensibilités* dirigida por

Alain Corbin e Hervé Mazurel reúne diversos textos cujo âmago é a história das sensibilidades, nomeadamente o desenvolvimento da história dos sentimentos. Através desta obra, é permitido ao leitor refletir sobre a relação das emoções e sentimentos com temáticas relacionadas com política, cultura, religião e sociedade^[15].

O sofrimento e o luto motivados por perdas familiares, expressos através de correspondência privada interessaram a Pedro Urbano. Através deste texto, o autor dissertou sobre a relação entre a expressão de emoções perante uma perda significativa e os sentimentos expressos a longo prazo, no período de luto^[16]. É igualmente de relevância para a história dos sentimentos o texto de Cristina Martínez García. Através do estudo de caso da infanta portuguesa D. Maria das Neves, a autora perscrutou os sentimentos que a aristocrata evidenciava na sua correspondência privada, e definiu quatro categorias de sentimentos, a saber: religiosos, políticos, sociais e familiares^[17]. Em último lugar, Isabel Peixoto debruçou-se sobre temáticas relacionadas com a religião, vida e morte, sob a perspetiva dos sentimentos e das emoções, na idade média, e com mais ênfase, na época moderna. Através deste estudo de caso, a autora confrontou diversas teorias sobre a história dos sentimentos e das emoções. A abordagem foi enriquecida com a perscrutação da relação do feminino com as emoções^[18].

1. O 4.º conde da Ericeira (1673-1743): aristocrata e intelectual

Em 29 de janeiro de 1673, nasceu em Lisboa D. Francisco Xavier José de Meneses, filho de D. Joana de Noronha (1651-1709) e de D. Luís de Meneses (1632-1690). De modo a assinalar o júbilo da família Ericeira, foi celebrada uma missa, seguida de um sermão, na Igreja da Anunciada, por frei Luís Lamberto^[19]. Claramente, pais e avós de D. Francisco Xavier José de Meneses eram pessoas cultas e dedicadas à produção intelectual. Consequentemente, a instrução familiar recebida foi um fator fundamental no seu crescimento e formação. Através da figura materna, o conde logrou da influência da cultura francesa^[20]. Porém, a par com a rainha D. Maria Francisca de Saboia (1646-1683) também o titular contribuiu para a dinamização da cultura francesa em Portugal^[21].



Árvore genealógica dos condes da Ericeira.

Aos oito anos de idade, D. Francisco foi avaliado com distinção num exame perante eruditos e fidalgos da

corte: “possuía já tantos conhecimentos que pôde sustentar um exame perante eruditos e fidalgos da corte, durante o qual glosou motes e compôs sonetos [...], e já D. Fernando Correia de Lacerda, bispo do Porto, o convidava para a sua Academia dos Instantâneos, onde se propunham motes, se faziam versos ou se debatiam

temas sem estudo precedente”^[22]. A versatilidade intelectual evidenciada por D. Francisco Xavier, ainda tão jovem, surpreendeu cortesãos e académicos. Consequentemente, para júbilo da família Ericeira o pequeno intelectual passou a integrar a Academia dos Instantâneos^[23].

Visando formar D. Francisco para que este possuísse conhecimentos em diversos idiomas, os seus pais e os seus avós desempenharam funções de mestres. Assim, além da sua língua materna, o conde dominava quatro outros idiomas, a saber: latim, italiano, francês e castelhano^[24]. Antes de completar os 12 anos de idade, desenvolveu ainda conhecimentos na área da matemática com o cosmógrafo-mor e fidalgo da casa real Manuel Pimentel^[25]. De acordo com Ofélia Paiva Monteiro, os saberes referentes às áreas de teologia e da história foram de igual importância para o desenvolvimento intelectual de D. Francisco. Neste seguimento, foi de referência o conde de Schomberg (1615-1690)^[26] e o 3.º conde da Ericeira na explanação das temáticas referentes à arte militar^[27].

O desembarque em Portugal da rainha D. Maria Sofia Isabel de Neuburg (1666-1699), em 11 de agosto de 1687, significou para o 3.º conde da Ericeira uma oportunidade de ostentar a destreza intelectual da sua família. Assim, D. Luís, na categoria de vedor da fazenda, embarcou em um bergantim com o objetivo de atender à cerimónia de beija-mão à rainha, que se encontrava na embarcação inglesa que a conduziu a Lisboa. Após ter cumprido o seu dever oficial, interpelou a rainha visando que fosse concedida autorização para que o seu filho pudesse obter a mesma honra. D. Maria Sofia Isabel de Neuburg acedeu positivamente ao pedido de D. Luís, e assim que D. Francisco Xavier de Meneses se encontrou na presença da rainha consorte, recitou poemas, compostos por versos em português, castelhano, italiano, latim e francês: “Ouviu, e admirou-se aquela majestade de tanta prontidão em idade tão tenra, pois ainda o conde não chegava a quinze anos, e para mostrar o quanto lhe agradara o seu obséquio, lhe respondeu com algumas palavras das mesmas línguas”^[28].

Na aristocracia, tal como na casa real, a sucessão era fundamental para assegurar a continuidade da família. Consequentemente, o casamento representava uma etapa basilar na vida de um aristocrata. No caso de D.

Francisco Xavier José de Meneses a opção considerada adequada para o consórcio, foi D. Joana Madalena de Noronha (1673-1729), filha de D. Luís Lobo da Silveira (1640-1706), 2.º conde de Sarzedas, e de D. Mariana da Silva e Lencastre (c. 1654-1699)^[29].

Em 24 de outubro de 1688, D. Francisco e D. Joana Madalena uniram-se em matrimónio. De acordo com José Barbosa, a cerimónia contou com menor aparato do que estava inicialmente previsto. A contenção na solenidade matrimonial deveu-se ao luto pelo falecimento de D. João, filho dos monarcas D. Pedro II e de D. Maria Sofia de Neuburg, em 17 de setembro de 1688, antes de completar um mês de vida:

“Celebrou-se este casamento com grande pompa, e muito maior era a que estava prevenida, se a não impedira a intempestiva morte do príncipe D. João primogénito dos nossos reis, sucedida em 17 de setembro do mesmo ano. Por este casamento se via a casa da Ericeira com três condes e três condessas vivos, a cuja felicidade não será fácil não achar semelhança, porque o senhor rei D. Pedro II no dia em que D. Francisco Xavier cingiu espada, lhe fez a mercê de o mandar cobrir”^[30].

Deste consórcio, resultaram dois filhos, a saber: D. Luís Carlos Inácio Xavier de Meneses (1689-1742), futuro marquês do Lourçal, e D. Fernando António de Meneses (1691 – após 1745). Contudo, após assumir a vida eclesiástica, D. Fernando passou a designar-se frei António da Piedade^[31]. A instrução dos seus filhos significou, para D. Francisco de Meneses, uma tarefa primordial.

D. João de Almeida Portugal foi o 2.º conde de Assumar (1663-1733), contemporâneo de D. Francisco Xavier José de Meneses. Através de diversas cartas que D. Francisco enviou a D. João entre 1706 e 1731 é possível averiguar diversas temáticas, tais como: aspetos relacionados com o quotidiano familiar dos condes da Ericeira, vivências de corte, situação política bem como questões relacionadas com doenças^[32].

De acordo com Isabel Drumond Braga “a carta, uma prática de escrita com enorme tradição, intrinsecamente ligada à alfabetização e à organização dos serviços de postais, pode ser entendida como uma forma de sociabilidade e como um meio de comunicar por escrito com o semelhante, visando pôr em comum informação. Para uns, apresenta um autorretrato do autor e um retrato do recetor, funcionando como um lenitivo para a saudade e um remédio para a ausência”^[33]. D. Francisco iniciava as suas missivas com a fórmula “Meu Excelentíssimo Senhor”. Todavia, também era recorrente dirigir-se ao conde de Assumar por “Meu

primo, meu amigo e meu senhor” ou “Meu primo e meu senhor do meu coração”. Ao terminar a carta, seguia-se a expressão “Deus guarde a vossa excelência muitos anos”, bem como o local e a data em que a carta havia sido redigida^[34]. A fórmula adotada pelo autor poderia evidenciar proximidade ou distância entre quem escrevia e quem recebia a missiva^[35]. O modo de tratamento adotado por D. Francisco evidenciava afeto e proximidade entre os dois aristocratas.

Em Évora, no dia 10 de abril de 1706, o conde da Ericeira transmitia ao seu primo as boas novas da sua família: “Com saúde a minha casa também está boa e Luís com as assistências de noivo, muito fino e Fernando com os estudos de filosofo muito aplicado”^[36]. A cultura era muito apreciada pela família Ericeira. Tal como os seus pais se envolveram diretamente na sua instrução, também respeitou ao 4.º conde da Ericeira supervisionar os desenvolvimentos que D. Luís Carlos e D. Fernando evidenciavam a nível intelectual.

No que respeita à educação do seu primogénito, foram privilegiados os saberes referentes à arte militar. Assim, D. Luís foi instruído sobre como montar a cavalo, manejar armas, bem como na área de geometria. De acordo com Diogo Barbosa, no que respeita às ciências e às artes, foi do interesse de D. Francisco transmitir os seus conhecimentos ao filho: “Com tal excesso se lhe adiantou o juízo à idade que não contando mais de quatro anos sabia ler perfeitamente, e formar com excelente primor os caracteres. Aprendeu os primeiros rudimentos das artes e ciências do seu grande pai consultando-o como doméstico oráculo em tudo que lhe era difícil ao conhecimento”^[37].

A Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714)^[38] contou com a participação de D. Francisco Xavier José de Meneses e de D. Luís. Todavia, o 5.º conde da Ericeira destacou-se como vice-rei da Índia, em dois momentos, isto é, entre 1717 e 1720 e entre 1741 e 1742. Os seus labores militares e civis foram reconhecidos por D. João V quando o monarca lhe concedeu o título de marquês do Lourçal. Este, em 1736, integrou a Academia Real da História. De acordo com Diogo Barbosa Machado, o aristocrata foi autor de diversas obras, todas em língua portuguesa^[39].

D. Fernando de Meneses, o segundo filho do 4.º conde da Ericeira, dedicou-se ao estudo de filosofia, cânones e letras. Iniciou os seus estudos na Universidade de Évora e continuou-os no colégio de São Pedro, em Coimbra, onde se doutorou em Direito Pontifício, recebendo a beca em 1707. Posteriormente, ingressou no mosteiro de Santo António do Varatojo e assumiu o nome de frei António da Piedade, em 19 de julho de 1716. Em 1730, o

eclesiástico tornou-se visitador e examinador sinodal da comunidade de Santo António do Varatojo. Também exerceu o cargo de censor da Academia Real da História. De acordo com Diogo Barbosa Machado, frei António foi autor de diversos sermões, no entanto, apenas publicou dois deles, em língua portuguesa^[40]. Frei António vivia em Madrid, em 1745^[41].

A contribuição do 4.º conde da Ericeira para a dinamização cultural foi notória, nomeadamente, através da sua participação ativa em diversas academias em Lisboa. Historiograficamente, é reconhecido a D. Francisco um grande labor no âmbito da pujança académica portuguesa. Segundo Ofélia Paiva Monteiro, o conde foi o responsável por uma geração de ilustrados em Portugal^[42]. Entre 1696 e 1743 foram diversas as academias em que o 4.º conde da Ericeira participou. A Academia Portuguesa, fundada em 1717, foi uma das mais notórias do seu percurso académico. As sessões decorriam na biblioteca do Palácio da Anunciada e o seu nome foi inspirado na Academia Francesa. A primeira sessão decorreu no dia 26 de maio de 1717^[43].

De seguida, destacou-se a Academia Real da História. Fundada em 1720 por D. João V, contou com o auxílio de Manuel Caetano de Sousa, que realizou uma lista de intelectuais, visando a integração dos mesmos na instituição. Verificou-se que diversos membros da Academia Portuguesa transitaram para a nova instituição, inclusive, o 4.º conde da Ericeira. O aristocrata era detentor de um elevado prestígio nos círculos intelectuais de Lisboa, assim, este fator revelou-se preponderante para o seu recrutamento na qualidade de diretor e censor da Academia Real da História^[44]. As sessões académicas ocorriam no Paço dos duques de Bragança e ocasionalmente no Paço Real, quando tinham lugar eventos em honra de membros da casa real^[45].

Em 1723, a Arcádia de Roma incluiu o conde da Ericeira. *Ormauro Paliseu* foi o nome eleito para o intelectual. Os conhecimentos de D. Francisco e a qualidade da sua obra foram amplamente reconhecidos e fatores

preponderantes para esta honraria^[46]. Em 1738, foi a vez do conde da Ericeira se tornar membro da Royal Society, de Londres. Segundo Ofélia Paiva Monteiro, o intelectual seguia os labores desta academia regularmente^[47].

No dia 21 de dezembro de 1743, pelas dezoito horas, faleceu D. Francisco Xavier José de Meneses. Apesar de não ter sido mencionada a enfermidade, o conde sofria de cegueira desde 1733: “Qual seria a grandeza daquela dor, que chegou a perturbar uma tal constância? Mas

diminuindo-se aquele insulto, e repetindo-se segunda vez, disse que era a última. Pediu a vela, e renovado com maior eficácia os atos de fé, de esperança e de caridade”[48]. Como se pode observar, a fé e a caridade eram valores muito apreciados pela religião católica, principalmente quando se analisava as ações de um moribundo[49].

De acordo com José Barbosa, D. Francisco realizou um testamento. Todavia, apesar de não chegado aos nossos

dias, é possível indagar através do relato do autor as últimas vontades do conde, no que respeita às exéquias fúnebres[50]. O titular escolheu como mortalha um hábito franciscano e foi coberto com o manto da Ordem de Cristo, do qual era cavaleiro e comendador. Foi transportado na tumba[51] da Santa Casa da Misericórdia, até à sua sepultura, na capela-mor da Igreja da Anunciada, no dia 22 de dezembro: “o que tudo se executou observando-se uma grande diferença nas pessoas, que por três vezes pegaram na tumba porque tudo se devia à grandeza, e merecimento do conde”[52].

2. A produção intelectual do 4.º conde da Ericeira

Diogo Barbosa Machado atribuiu a D. Francisco Xavier de Meneses a autoria de mais de sessenta obras impressas. Destas, cerca de duas dezenas foram publicadas de forma autónoma pelo conde da Ericeira, sendo que três delas, encontram-se por localizar. No âmbito da Academia Real da História, a sua produção foi notória. Diogo Barbosa Machado, contabilizou quarenta e uma obras de autoria de D. Francisco, inseridas na *Coleção dos documentos estatutos e memórias da Academia Real*[1]. A primeira publicação foi realizada no ano de 1694, enquanto a última saiu do prelo em 1742, um ano antes de falecer.

No que respeita a obras por publicar, contam-se quarenta e duas. Em último lugar, Diogo Barbosa Machado catalogou sete obras na categoria de “obras imperfeitas”, referindo-se aos manuscritos que não apresentavam os requisitos para que fossem impressos, mas tal nunca aconteceu. Neste grupo, encontra-se a obra *Memórias Eclesiásticas do Arcebispado de Évora para a Academia Real da História portuguesa*[2]. As temáticas relacionadas com terramotos, corrupção de cadáveres, questões bélicas e história foram as que mais interesse suscitaram ao conde da Ericeira.

2.1.1. Obras com uma censura

Para a publicação de uma obra, era necessário que a mesma fosse apresentada à censura. Este processo só era concluído após a existência dos pareceres dos qualificadores por parte da Inquisição, do Ordinário e do Desembargo do Paço. Não obstante, ao analisar as obras publicadas de D. Francisco revelaram-se inconstâncias na execução da legislação da época, o que se liga, certamente, ao facto de ele mesmo ser censor e pertencer à Academia Real da História, que detinha privilégio, nesse domínio.

O *Epicédio D. Francisca Infanta de Portugal* foi publicado

em 1736 pela oficina de António Isidoro da Fonseca. A obra foi escrita em memória da infanta D. Francisca (1699-1736), filha de D. Pedro II e de D. Maria Sofia Isabel de Neuburg. Este impressor e livreiro desenvolveu atividade entre 1728 e 1747 e localizava-se no Arco de São Roque[3]. A obra apresenta exclusivamente a censura do Desembargo do Paço, deste modo, representa uma exceção. Maria Teresa Payan Martins concluiu que a ausência da censura do Desembargo do Paço pode significar privilégio real, e não um caso de ilegalidade[4]. A lacuna suscitou a questão de se dever à ação humana e não a uma anomalia no processo censório. Ao confrontar a obra presente na Biblioteca Nacional de Portugal, com a cota F. 6881, e o texto que se encontra na Biblioteca da Ajuda, com a cota 55-II-11, n.º 53, descartou-se esta hipótese. As duas versões do texto de D. Francisco evidenciam que se deve mesmo a uma anomalia, uma vez que nenhuma das edições contempla as censuras do Santo Ofício e do Ordinário. O cariz laudatório, a censura positiva por parte do Desembargo do Paço e a oficina selecionada para a impressão da obra permitem a hipótese de que este exemplar não é fraudulento. Como era costume, anteriormente à sua impressão, estes textos eram recitados em audiência pública, no período de luto estabelecido. Não obstante, não deixa de representar uma anomalia em relação ao que era a norma estabelecida em Portugal.

D. Francisco de Paula de Portugal e Castro, o 2.º marquês de Valença (1679-1749), foi o responsável pela censura do Desembargo do Paço. O aristocrata foi membro e censor da Academia Real da História, pertenceu ao conselho de D. João V e foi mordomo mor de D. Maria Ana de Áustria[5]. Em primeiro lugar, destacou a importância dos saberes da Antiguidade Clássica. Esta área do conhecimento foi amplamente dominada pelo autor, o que lhe forneceu maior credibilidade à realização do parecer, visto que foi

apresentada uma panóplia de referências à mitologia clássica no elogio fúnebre. Com o objetivo de destacar a tristeza sentida pela morte de D. Francisca, o censor afirmou: “Quem é tão ignorante, ou atrevido, que negue a nobreza, e veneração a Antiguidade? [...]. Não se transcreve, e comunica esta mesma nobreza, e veneração da Antiguidade a todas as coisas, ou pertençam ao fausto, ou aos costumes dos homens?”^[6]. As qualidades de D. Francisco de Meneses como poeta foram igualmente admiradas: “Da poesia se servem os oráculos para declarar o mistério das suas respostas, e os mesmos versos serviram de oráculos a muitos homens para conhecerem a sua fortuna prospera, ou adversa. Foi costume de muitas nações premiar os poetas, como os vencedores com a mesma coroa de louro, com que se premiavam os famosos capitães depois das vitórias, final manifesto de que tanto merecem os poetas, como vencedores”^[7]. O marquês de Valença terminou a sua exposição declarando o texto de D. Francisco digno de seguir para a imprensa, reforçando novamente as qualidades do autor do elogio fúnebre: “Nesta suavíssima Arte, senhor, é excelente, e incomparável o conde da Ericeira”^[8]. A censura foi assinada em 28 de março de 1737.

2.1.2. Obras sem censuras

Em último lugar, vejamos a categoria de obras que não ostentam censuras. Isabel Ferreira da Mota refletiu sobre os privilégios que a Academia Real da História era detentora. Segundo a sua prospeção, o privilégio real que a instituição lograva, isentava-a da censura do Desembargo do Paço. Já as censuras relativamente ao Santo Ofício e ao Ordinário, mantinham-se obrigatórias. Dos documentos emitidos pela academia, nenhuma censura era incluída nos impressos, apesar de existirem as autorizações das respetivas instituições. Para o leitor, a autora refere que era como se não existissem as aprovações. Não obstante, é possível concluir que tanto a academia como os académicos eram possuidores de privilégio real^[9]. O conde da Ericeira beneficiava deste estatuto e as suas publicações independentes de textos produzidos na Academia Real da História, beneficiavam destas prerrogativas.

A obra *Relação da vitória que os portugueses alcançaram no Rio de Janeiro contra os franceses em 19 de setembro de 1710* e a *Relação do sítio, e rendimento da praça de Miranda, que mandou o Mestre de Campo General D. João Manoel de Noronha*, publicada em 1711, não ostentam a autoria no frontispício. Todavia, é através de Diogo Barbosa Machado que é confirmado que os textos foram produzidos por D. Francisco^[10]. Na nota de pé de página, encontram-se todas as censuras necessárias e o privilégio

real, em ambas as obras.

Verifica-se que as obras foram impressas na oficina de António Pedroso Galvão e vendiam-se na casa de Manuel Dinis “Livreiro às portas de Santa Catarina e na Rua Nova”^[11]. De acordo com Diogo Ramada Curto, Manuel Dinis foi livreiro e mercador de livros e, entre 1715 e 1740, estabeleceu-se na Loja da Cordoaria Velha, na Rua Direita^[12]. Maria Teresa Payan Martins destacou o recurso de *fausse-adresse*, quando o autor e o impressor pretendiam imprimir uma obra de forma ilícita. Esta técnica consistia em introduzir um local e um nome de editor falsos. António Pedroso Galvão e Miguel Rodrigues foram dois impressores que se dedicaram à produção de versões falsificadas de obras, no mercado da contrafação^[13]. Todavia, através dos factos anteriormente enunciados, quer-nos parecer que estas obras não integram a categoria de edições ilícitas. No atual estado de conhecimentos, é possível equacionar a possibilidade de algum tipo de privilégio real, que isente a publicação das respetivas aprovações censórias. Os textos refletiam sobre temáticas relacionadas com a Guerra da Sucessão de Espanha e destacavam notícias sobre a atividade bélica em território nacional.

O *Elogio na morte de D. Miguel filho d`el-rei D. Pedro II* publicado em 1721, foi impresso pela Oficina da Música, propriedade de Teotónio Antunes de Lima. Com atividade entre 1720 e 1741, a Oficina da Música funcionou exclusivamente como tipografia e situava-se na Rua da Oliveira do Carmo, em Lisboa^[14]. A obra aí impressa abordava a morte do infante D. Miguel (m.1724), filho de D. Pedro II. Através deste texto, é possível observar uma dualidade laudatória, em que se destacava a imagem da Igreja e a da casa real, através de um filho do monarca D. Pedro II. Esta categoria de obras era apreciada socialmente. Por outro lado, no período de luto, obras encomiásticas de cariz fúnebre eram recitadas em audiência pública de membros da casa real ou em sessões académicas solenes e algumas impressas posteriormente. A carência de censuras e de informações relativas à taxa aplicada à obra, são visíveis. Contudo, tendo em conta a conjuntura em que a obra foi publicada, bem como a tipografia selecionada, é possível acreditar que não estamos perante uma publicação clandestina^[15].

A *Oração panegírica, no felicíssimo casamento da sereníssima Senhora D. Maria Barbara, infante de Portugal, e do Sereníssimo Senhor D. Fernando príncipe das Astúrias*, publicada em 1728, foi impressa por José António da Silva. Produzida por ocasião do matrimónio de D. Maria Barbara de Bragança (1711-1558) com D. Fernando, príncipe das Astúrias (1713-1759). A obra consta na

Coleção dos documentos da Academia Real da História e insere-se na categoria de obras laudatórias dirigidas à casa real portuguesa. Esta obra enquadra-se na categoria de obras impressas com privilégio real, visto que foi produzida no âmbito da Academia Real da História. Não obstante, também foi impressa na mesma oficina da academia^[16].

A *Biblioteca Sousana* foi publicada em 1737, impressa por José António da Silva, filho do impressor Pascoal da Silva. A sua atividade desenvolveu-se entre 1723 e 1748. Destacou-se como impressor régio e impressor da Academia Real da História, títulos que ostentava no frontispício do texto de autoria de D. Francisco^[17]. Este texto apresenta um catálogo de obras compostas pelo padre D. Manuel Caetano de Sousa. Através do frontispício da obra, é possível perceber que foi recitada em sessões da Academia Real da História. As observações dos académicos foram destacadas no âmbito da realização do catálogo. As temáticas abordadas, a apresentação da obra na academia e o prestígio do impressor são fatores que indiciam não estarmos perante uma publicação clandestina. Perante as características que a obra apresenta, enquadra-se na categoria de obras detentoras de algum género de privilégio real^[18].

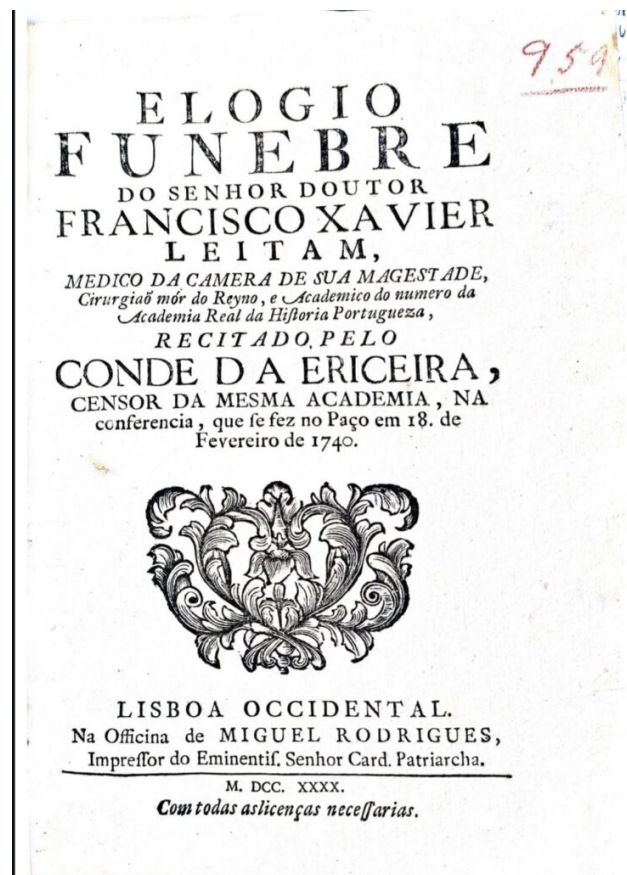
Em 1738, foi realizada a impressão do texto *Extratos académicos dos livros que a academia de Petersburgo mandou à de Lisboa*. O catálogo, embora realizado no âmbito das sessões da Academia Real da História, obteve uma edição independente das atas da academia, na oficina de António da Silva. A sua atividade caracterizou-se pelas funções de impressor e de livreiro, entre 1732 e 1768. A oficina localizava-se no Arco do Menino Jesus, junto a São Nicolau e António da Silva era impressor da Academia Real da História^[19].

Após o frontispício da obra, foi incluída uma carta da Academia de São Petersburgo dirigida à Academia Real da História. Por sua vez, também a academia portuguesa dirigiu uma carta à sua congénere russa, assinada por cinco censores, a saber: Márcio de Valença, António dos Reis, 3.º conde de Assumar, 4.º conde da Ericeira e D. Didacus (Professor) Fernandes. Ambas as cartas foram redigidas em latim^[20].

3. Os elogios fúnebres

Segundo D. Francisco Xavier José de Meneses, na categoria de obras laudatórias, era necessário distinguir os elogios fúnebres dedicados a académicos, pois estes

O *Elogio Fúnebre do Doutor Francisco Xavier Leitão* foi publicado em 1740, impresso por Miguel Rodrigues. Entre 1716 e 1719 e entre 1721 e 1775, Miguel Rodrigues desenvolveu atividade de livreiro, impressor e de mercador de livros. Até ao terramoto a sua oficina localizava-se na Rua Direita das Portas de Santa Catarina^[21]. Este texto aborda a vida e obra do académico Francisco Xavier Leitão e foi recitado em sessão solene da Academia Real da História, com objetivo de honrar o seu legado. A par com outras produções de D. Francisco, este elogio fúnebre apresenta uma situação de privilégio real. Este texto surge no âmbito dos labores da Academia Real da História, e como membro, o conde usufruía de privilégio^[22].



Conde da Ericeira, Frontispício da obra *Elogio fúnebre do senhor Doutor Francisco Xavier Leitão* (1740), Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

textos primavam pela diferença dos que eram realizados a indivíduos que não tivessem dedicado a vida à cultura:

“Sempre entendi, que no elogio fúnebre de um académico era primeiro, que a obrigação de escrever as obras da sua vida, o procurar a vida das suas obras, onde por mais de cem anos, que os antigos diziam, que os espíritos gloriosos giravam no globo da lua, a quem por esta causa deram o nome de Hécate, vivem gloriosos os espíritos dos sábios na luminosa, e não mudável esfera das suas composições; e assim discorrerei pelas que existem do nosso académico, e pelas artes, e pelas ciências, em que mais se distinguiu”^[1].

Diversos pensadores teorizaram sobre emoções e sentimentos. Na Antiguidade Clássica, destacou-se Aristóteles e na época moderna, Descartes. Todavia, foi na segunda metade do século XX que se perscrutou com mais ênfase esta área do saber. Contudo, não existe unanimidade na distinção entre sentimentos e emoções^[2]. Em Portugal, Rafael Bluteau abordou a temática, na sua tentativa de definir o sentido das palavras, na obra *Vocabulário Português e Latino*, em 1712. O lexicógrafo optou por não definir emoção ou sentimento, certamente porque não eram usadas, mas sim sensação e destacou a falta de consenso que existia entre os intelectuais de Setecentos^[3].

Nos séculos XVII e XVIII, uma emoção era entendida como uma paixão, afeto ou apetite. A interferência que estas emoções possuíam na influência do ânimo e no estado de espírito originavam debates, sobre o que se concebia ser um “acidente da alma”^[4]. De acordo com Pedro Urbano, o descontentamento ou o desgosto, as saudades e o sentimento de perda poderiam gerar a sensação de dificuldade em ultrapassar este estado de espírito, muito associado ao luto^[5].

Na produção literária de D. Francisco Xavier José de Meneses, a categoria de obras laudatórias destacou-se e, entre 1722 e 1742, foram produzidos dez elogios fúnebres. Visando membros da casa real, temos os que se referiram ao infante D. Miguel (m. 1724), ao infante D. Carlos (1716-1736) e à infanta D. Francisca (1699-1736). Os restantes foram dedicados a membros da nobreza e do clero, alguns deles com obra escrita.

Na ocasião da morte de D. Francisco Dionísio de Almeida da Silva (1696-1722) foi realizado um elogio fúnebre. Este texto foi apresentado à Academia Real da História, em 19 de janeiro de 1722. O intelectual nasceu em Lisboa, em 9 de outubro de 1696, no dia de São Dionísio (ou Dinis), era filho de Luís Cid da Silva e Oliveira e D. Mariana Eugénia da Silva e Sousa. O seu tio, D. João da Silva e Sousa, foi o responsável pelo batismo, na paróquia de São José. O eclesiástico era prior da

Ordem de Santiago^[6].

D. Júlio de Melo de Castro (m. 1721), foi mestre na Academia Portuguesa, e dedicou-se à redação e recitação de obras laudatórias. Por sua vez, o seu elogio fúnebre foi apresentado à referida academia no dia 20 de fevereiro quando o aristocrata feneceu em 19 de fevereiro às vinte e três horas^[7].

D. Francisco de Sousa (m.1729), filho de D. Filipe de Sousa e de D. Catarina de Meneses, desempenhou funções de capitão da guarda alemã de Sua Majestade e foi alcaide mor da Sertã e de Pedrogão. A Academia Real da História logrou com os seus labores intelectuais entre 1726 e 1729. Na sequência do seu falecimento, em 14 de novembro, o conde da Ericeira recitou o elogio fúnebre, em 17 de novembro^[8].

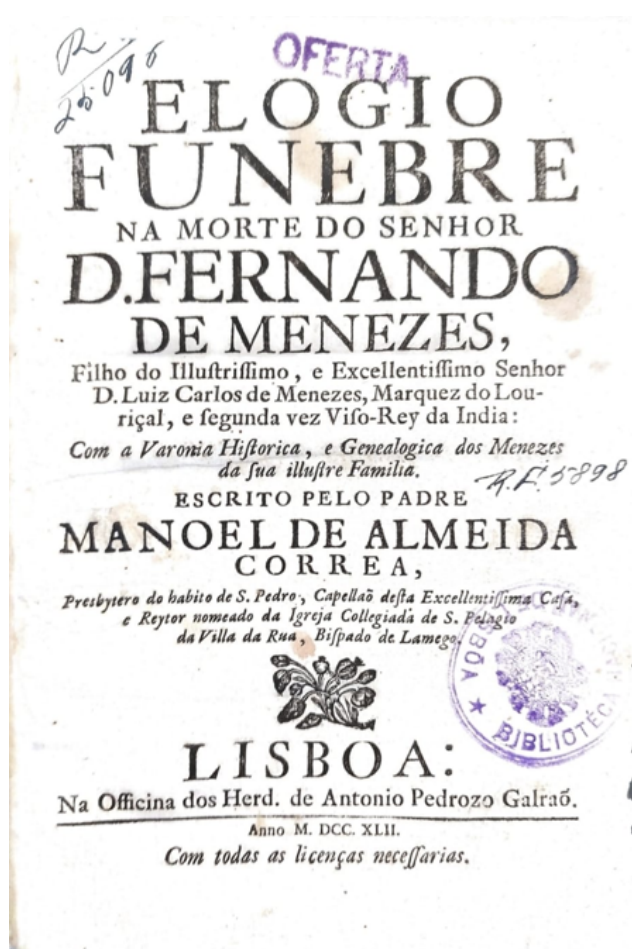
D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses (1676-1733), foi o 1.º marquês de Abrantes e o 3.º marquês de Fontes. Filho de D. Francisco de Sá e Meneses (1640-1677) e D. Joana de Lancastre, o aristocrata distinguiu-se com diversos serviços prestados à casa real e em prol da cultura portuguesa setecentista. Desempenhou funções de diretor e de censor na Academia Real da História. Pela ocasião da sua morte, em 30 de abril de 1733, foi recitado um elogio fúnebre em sua honra, em 7 de maio, na referida instituição^[9].

D. Rafael Bluteau (1638-1734), destacou-se como eclesiástico e intelectual. Com familiares franceses, acabou por nascer em Londres e viveu 56 anos em Portugal^[10]. O seu contributo para a cultura portuguesa dos séculos XVII e XVIII foi notório, designadamente como lexicógrafo. A Academia Real da História beneficiou da sua participação ativa como académico entre 1721 e 1734. Em honra do seu legado e dos seus labores, foi recitado, a 4 de março de 1734, um elogio fúnebre, pela ocasião da sua morte, em 13 de fevereiro^[11].

D. Francisco Xavier Leitão (1667-1739), filho de D. Gaspar Leitão da Fonseca e D. Maria Quaresma Glória, destacou-se como intelectual, médico e eclesiástico. Com a oposição dos seus pais, D. Francisco abandonou a pretensão de se tornar eclesiástico e casou com D. Maria Tomásia Coutinho, em 3 de maio de 1691^[12]. Foi com o falecimento da sua esposa no dia 14 de setembro de 1719 que o médico ingressou na vida eclesiástica. Em 29 de maio de 1736, integrou na Academia Real da História^[13]. Em 1738, foi distinguido com o cargo de cirurgião-mor do reino. Faleceu em 13 de dezembro de 1739. O 4.º conde da Ericeira publicou posteriormente o elogio fúnebre

que foi recitado na Academia Real da História^[14].

D. Fernando Xavier de Meneses (1725-1740) foi neto do 4.º conde da Ericeira. Na sua curta existência, o aristocrata dedicou-se ao desenvolvimento intelectual e evidenciou interesse na carreira militar. A sua saúde representou motivo de preocupação familiar. Faleceu no dia 17 de dezembro, aos 15 anos^[15]. Este elogio, foi a última publicação realizada pelo 4.º conde da Ericeira.



Conde da Ericeira, Frontispício da obra *Elogio na morte de D. Fernando* (1742), Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

3.1. A expressão de sentimentos nos elogios

3.1.1. Sentimentos de amizade

O falecimento de D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses causou consternação ao 4.º conde da Ericeira. Através do texto que lhe dedicou na ocasião são visíveis sentimentos e emoções de tristeza e mágoa. O autor classificou-se como o seu amigo mais verdadeiro, e um dos mais antigos. O sentimento de saudade do autor por

D. Rodrigo foi reforçado. De acordo com D. Francisco, o defunto era de “saudosíssima memoria”^[1]. Segundo o autor, a solenidade exigida para se redigir e recitar um elogio fúnebre era o que o impedia de chorar:

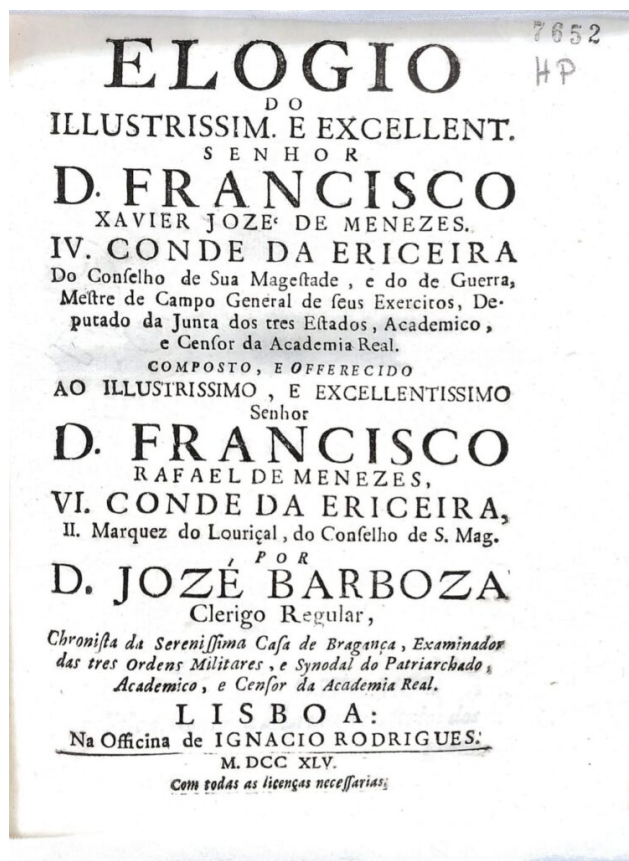
“Corram livremente as vossas lágrimas, porque só para mim a violência de prendê-las por alguns instantes; resolvendo a favor da minha amizade (ainda que em ofensa da sua memória) a difícil questão de fiar um panegírico de um Diretor, censor e académico de tão altos merecimentos, de quem o havia de recitar com todos os adornos da retórica, ou de quem o havia de escrever só com as expressões da sinceridade. Seja mais poderosa a amizade, que a eloquência, a obrigação que o artifício”^[2].

O elogio realizado a D. Rafael Bluteau foi outro exemplo em que se observaram sentimentos de amizade. O autor logrou da companhia do intelectual em diversas academias^[3]. Esse sentimento a par com o carinho que o autor sentia, foram expressos no texto. A realização desta obra deveu-se a um objetivo, e não de uma obrigação, segundo o próprio:

“Se eu pudesse penetrar os elevados pensamentos, e ver os amantes corações que em tantos sábios e ilustres académicos estão agora formando interiormente o elogio, que eu me obriguei a escrever, só então se fizera digno de celebrar a memoria do reverendo padre D. Rafael Bluteau”^[4].

Os sentimentos e as emoções que o falecimento de um amigo provocaram foram alvo de destaque. O autor aludiu sentir mágoa e saudade. A companhia do clérigo foi classificada como amável e a sua ausência sentida por todos: “Não espero grosseiramente se introduza para alívio a vulgar consolação, de que foi hoje larga a vida do nosso doutíssimo académico, porque quanto mais tempo teve para multiplicar os seus acertos, tantos mais motivos nos deu para aumentar os sentimentos e fazendo-se a sua companhia cada dia mais amável, se durasse menos, não sentiríamos tanto a sua falta”^[5].

Os sentimentos e emoções relacionados com a amizade surgem nesta obra com o objetivo de sensibilizar o leitor. A bondade, amabilidade, saudade, mágoa e o sofrimento associados à perda de D. Rafael Bluteau, foram o mecanismo utilizado pelo autor para justificar o seu merecimento em um elogio fúnebre. Por outro lado, a propriedade intelectual de D. Francisco em escrever sobre D. Rafael Bluteau foi reforçada.



. José Barbosa, Frontispício da obra Elogio do ilustríssimo senhor D. Francisco Xavier José de Meneses (1744), Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

• • •

3.1.2. Sentimentos familiares

O falecimento de uma figura de destaque configurava um período de luto. Interessa a este subcapítulo indagar o que significava, no âmbito sentimental e emocional, a perda de um familiar. A perscrutação da esfera privada de um defunto tinha como objetivo apresentá-lo ao público como um exemplo. Assim, a análise do domínio particular e do domínio público auxiliavam o autor a construir uma imagem de excelência do seu alvo de estudo. Por outro lado, atendendo a estas características, é possível observar o carácter educacional desta categoria de obras. O falecimento de D. Francisco Dionisio representou para os seus pais elevada dor e tristeza, visto que foi o filho primogénito:

“Participaram ao Senhor Francisco Dionisio sangue muito nobre, e puro, seus pais Luís Cid da Silva e Oliveira, e Dona Mariana Eugénia da Silva e Sousa, que hoje vivem, e mal logrando trinta vezes as esperanças de segurar a sucessão da sua casa neste filho, que foi o primogénito, e em todos os sentidos único, a perderam, sendo digna de conservar-se, porque descendia de

famílias qualificadas, e ainda linhas reais pelos Pereiras, Lacerdas, Castros, Vasconcelos, Oliveiras, e outras muitas”^[1].

O luto que a família de D. Francisco de Sousa viveu não foi olvidado pelo autor. Os sentimentos de desgosto pelo sucedido foram novamente reforçados: “Deixou o Senhor D. Francisco de Sousa três digníssimos irmãos [...]. Nos palácios e nos claustros se veneram em seis irmãs suas tantas perfeições, que nem cabem na distinção do mesmo respeito”^[2]. A família do defunto foi destacada por se sentir inconsolável, triste e repleta de mágoa. A saudade era um sentimento generalizado a todos os que privaram com o aristocrata:

“aumentaram as águas das fontes, mais com as do pranto, que com as do tempo: os Sátiros se escondem nos bosques, e Pan, que faz com o seu nome universal o seu sentimento, lhe não deia tocar os instrumentos tristes e grosseiros, porque não interrompam as trágicas, mas suaves vozes, com que eternamente cantam, e choram os académicos nos seus epicédios a morte do Senhor D. Francisco de Sousa, de saudosíssima memória”^[3].

A morte de D. Isabel de Lorena, em 1698, representou para D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses sentimentos de saudade ao longo da sua vida. O amor que o esposo sentia pela esposa, que faleceu precocemente, foi alvo reflexão pelo 4.º conde da Ericeira:

“em quem as virtudes e as perfeições até na pouca duração acreditaram a singularidade, porque a perdeu em 1698 erigindo à sua memória um perene monumento, que em mármore, e bronzes perpetuou o seu amor, e a sua saudade, e só correu brevemente pelos diversos estados, a que se dedicou, o veremos na guerra, nas embaixadas, no palácio, no tribunal, e na academia, tão grande, que quase iguale a memória do seu merecimento à demonstração da nossa mágoa”^[4].

Pelas palavras de Isabel Peixoto “o amor e a paixão são sentimentos ligados às emoções mais desejadas pelo ser humano”^[5]. Neste caso em particular, o amor foi destacado com o objetivo de evidenciar uma faceta do aristocrata menos conhecida pelo público, mas que causava boa impressão.

Na oração académica que lhe dedicou, D. Francisco referiu as saudades que D. Carlos sentia da princesa do Brasil, a afeição que sentia por outros membros da família real bem como a importância de D. José na sua vida, visto que foi evidenciado como um modelo de

virtudes^[6]. Sobre o relacionamento entre D. Carlos e a princesa do Brasil sabe-se muito pouco, em parte pelas suas constantes ausências da corte, tal como anteriormente foi referido. Segundo Paulo Drumond Braga, o luto de um ano, em que metade era rigoroso e metade aliviado não agradou a D. Mariana Vitória, que foi privada de diversas atividades de lazer^[7]. Assim, os sentimentos que o 4.º conde da Ericeira atribuiu à cunhada do infante constituíram uma hipérbole, com o objetivo de constituir uma imagem mais favorável para o público.

O amor que existia entre D. Francisco Xavier Leitão e D. Maria Tomásia Coutinho foi alvo de atenção. Os sentimentos e emoções que existiam entre o jovem casal foram o que levou o intelectual a desistir da vida eclesiástica. Já as dificuldades económicas, a preocupação, angústia e tristeza geradas mereceram relevo no texto:

“o amor sempre contrário da fortuna decidiu cegamente esta questão, mostrando-lhe a formosura, nobreza e virtudes de Dona Maria Tomásia Coutinho, e encobrindo-lhe que a falta de aprovação de seus pais, a do dote, e os muitos filhos que haviam de ter, deixam verdadeira a observação, que faz da sua vida, de que casando em 3 de maio de 1691, dia da invenção da cruz e ficando viúvo em 14 de setembro de 1719, dia da sua exaltação, veio a ser o seu matrimónio todo de cruzes”^[8].

A funesta situação familiar acarretou responsabilidades acrescidas a D. Francisco. Questões relacionadas com o futuro dos seus filhos foram destacadas pelo autor como uma prioridade e motivo de preocupação para o intelectual: “Consistiu esta infelicidade no número, não no merecimento dos três filhos e cinco filhas, que teve: a todos acomodou em nobres, e decentes estados, religiosos e seculares, cuidado preciso, que lhe causou considerável despesa”^[9].

Durante a sua participação na embaixada do casamento de D. João V aconteceram diversos acontecimentos funestos no âmbito familiar. Na sua ausência, adoeceram diversos familiares. Em contrapartida, as suas responsabilidades foram distribuídas pelo agregado familiar. A perda de influência no meio académico, tal como foi anteriormente referido, conduziu a perdas monetárias significativas, o que se traduziu em dificuldades, pois existiam vinte e duas pessoas ao seu encargo. A estabilização da sua reputação e o aumento das receitas não significou a resolução dos problemas, visto que D. Maria Tomásia Coutinho tinha problemas significativos de saúde. Em 19 de setembro de 1719, a agonizante faleceu e, em junho de 1720, o eclesiástico

tornou-se sacerdote e foi autorizado a continuar a exercer medicina^[10]. Esta sucessão de acontecimentos pesados gerou sentimentos e emoções de condescendência, empatia e tristeza do 4.º conde da Ericeira para com o eclesiástico. Todavia, o quadro emocional do defunto foi descrito como um marido apaixonado, um pai preocupado e atencioso e um chefe de família responsável e resistente perante as distintas adversidades com que a família se deparou.

No elogio fúnebre dedicado a D. Fernando de Meneses, foi referida a dor de D. Luís de Meneses e de D. Ana de Rohan pelo falecimento de D. José de Meneses, em 22 de outubro 1723, aos dez anos de vida. O nascimento de D. Fernando, em 1725, significou um motivo de júbilo familiar, após a funesta perda^[11]. Os sentimentos de amor e de preocupação do avô, D. Francisco de Meneses, face ao neto, D. Fernando, foram expressos em correspondência privada^[12]. Todavia, o autor eternizou no seu texto a reciprocidade afetiva entre os dois e a dor que o falecimento da sua avó provocou:

“D. Francisco Xavier de Meneses, que nas virtudes e perfeições se distinguiu sempre, e a quem o Senhor D. Fernando devia particular carinho, a que ele correspondeu de forte, que não teve o vulgar alívio, de que se não sentem poucos anos os pesares: porque assim como se lhe antecipou o uso da razão, teve o do sentimento na morte de uma avó [D. Joana Madalena de Noronha], que o amava tanto”^[13].

Sobre a partida do 1.º marquês do Louriçal para a Índia em 1740, visando desempenhar o cargo de vice-rei pela segunda vez, o autor perscrutou os sentimentos e emoções entre pai e filho. Em primeiro lugar, o 4.º conde evidenciou o amor, as saudades, o carinho e a preocupação que os dois experimentaram. Em último lugar, expressou a sua tristeza pela perda de D. Fernando, apesar de todos os cuidados que existiram:

“Não tardou o Senhor D. Fernando em pretender, que seu pai o levasse consigo, fazendo o forte argumento de que se estava destinado para ir fazer a Malta guerra com os Turcos, era mais próprio ir à Índia com seu pai fazê-la ais gentios. Admirado e enternecido ouviu o Senhor marquês este projeto do seu adorado filho, e perplexo o carinho duvidou muito na resolução: mas prevaleceu contra as suas saudades o amor do filho e a reflexão de que não havia tido bexigas^[14]. Tal é a incerteza do discurso humano, ainda quando parece mais bem fundado! Pois veio a morrer em Lisboa o Senhor D. Fernando do mesmo mal, que se lhe procurou evitar na viagem, ou na Índia”^[15].

Sem efeito, D. Fernando permaneceu com o objetivo de acompanhar o seu pai à Índia. Deste modo, no dia 2 de maio de 1740, dia de aniversário do 6.º conde da Ericeira, e na celebração do seu casamento com D. Maria José da Graça e Noronha, D. Fernando realizou a cerimónia de “pôr espada”^[16]. Apesar do autor referenciar a tristeza, a mágoa e o desalento por parte de D. Francisco, foi destacado que, por fim, o jovem desistiu do intuito de embarcar com o seu pai para a Índia:

“e vendo que o dia da partida de seu pai para a Índia havia ser cinco dias depois, em sábado 7 de maio, buscou particularmente ao Senhor conde seu avô, que estava doente, e lhe disse com lágrimas: que ele sentia, que entendesse, que pretendia pôr a espada só por apetite e não para seguir seu pai, e que tinha prevenida roupa, e vestidos para se embarcar; porém que se lho não permitissem, como receava, lhe pedia segredo, porque o seu génio o fazia aborrecer tudo, o que podia julgar-se afetação. O Senhor conde seu avô com afeto, que pode julgar-se, louvou-lhe o intento, e o desenganou de conseguir-lho, pela resolução que seu pai tinha tomado de deixá-lo”^[17].

A mágoa e a tristeza pela ausência do pai acompanharam-no até ao fim da vida. Órfão de mãe, os sentimentos de D. Fernando por D. Luís intensificaram-se e tornaram a sua partida para a Índia ainda mais dolorosa. Em contrapartida, o jovem aristocrata lograva uma boa relação com o seu avô. O seu irmão D. Henrique de Meneses foi classificado como “seu inseparável irmão”. De acordo com D. Francisco, os seus sentimentos e emoções em relação à ausência paterna não perturbaram o seu bom carácter e a docilidade^[18]. O amor que o autor nutria pelo seu neto foi novamente expresso no fim do seu texto. A beleza e a felicidade do defunto foram aspetos que marcaram profundamente o 4.º conde da Ericeira:

“Foi o Senhor D. Fernando de Meneses de gentil presença, que na puerícia podia chamar-se formosura, e na adolescência com alta e generosa estatura não desmentia a gargalhada varonil. O cabelo na cor claro, comprido e crespo. O talhe de resto ovado, e com boa proporção. A cor branca, e corada. A testa mediana. Os olhos azuis, grandes, e formosos, e com vista aguda. O nariz sem defeito de excesso, ou diminuição. A boca pequena, e graciosa; respirando ao mesmo tempo gentileza, e modéstia, que conciliavam unidas amor e respeito: e eram indícios mais certos do que promete a fisionomia dos dotes e virtudes do animo, que são só as que isentas da corrupção, conservam a imortal formosura”^[19].

3.1.3 Sentimentos religiosos

A religião era detentora de elevada importância no quotidiano da época moderna. Para um agonizante, os preceitos católicos eram cruciais para que a sua alma fosse salva. Os enlutados que choravam o defunto eram sujeitos a um período em que as abstinências e as orações imperavam. Nos elogios fúnebres aspetos como a devoção do defunto ou a sua entrega à vida religiosa ativa interessavam aos autores, para a construção de uma imagem socialmente aprazível, pois o sucesso do texto dependia diretamente da qualidade dos elogios que eram realizados.

Os sentimentos religiosos lograram de elevada importância nas obras da autoria do 4.º conde da Ericeira. Nas dez obras analisadas, foram visíveis sentimentos religiosos em todas. Grosso modo, os elogiados foram destacados pela devoção, entrega e sofrimento na hora da morte e pelas características apreciadas pela religião católica. Fernanda Alfieri refletiu sobre a consonância entre a religião, as emoções e a sensibilidade não só dos eclesiásticos para o público, mas também entre leigos, tornando-se em algo da esfera

íntima^[1]. No caso dos membros da casa real era comum os momentos de sofrimento privado transformarem-se em momentos de exaltação pública da sua imagem. Ainda assim, a oração fervorosa foi detentora de elevado destaque nos momentos de agonia. A dor era um sentimento utilizado para evidenciar características devotas^[2].

Sentimentos de dor, tristeza e perplexidade em relação à morte de D. Júlio de Melo de Castro foram destacados pelo 4.º conde da Ericeira. Sem mencionar a causa de morte, o período de agonia ou as exéquias fúnebres, o autor abordou o padecimento do aristocrata sucintamente. Ainda assim, os astros e as divindades clássicas integraram parte da retórica do autor para expressar a sua piedade em relação a uma morte. A deusa romana Tácita, cujo dia de sua homenagem em 19 de fevereiro, ou seja, o dia de morte do aristocrata, desempenhou um papel fundamental, tal como era comum em textos laudatórios^[3]. Por outro lado, nessa quarta-feira era celebrado Mercúrio. Já na quinta-feira dia 20 era a vez de Júpiter. No que respeitou à academia, o autor afirma existir proteção divina^[4].

D. Francisco Dionísio nasceu em 9 de outubro de 1696, dia de São Dionísio. Consequentemente, o seu segundo nome foi-lhe atribuído em honra do santo. Foi descrito pelo 4.º conde da Ericeira como piedoso e devoto à Virgem Maria. Já sobre a sua morte foram destacados a sua entrega, a resignação com o destino e a devoção

elevada:

“Nas virtudes cristãs apurou o uso das morais, e mereciam mais próprio orador, que soubesse ponderar a piedade, que teve com os pobres, a obediência com os seus pais, a prudência e a devoção a Nossa Senhora da Madre de Deus, de quem frequentava o templo, donde com seus avós teve a sepultura; com tantos indícios de predestinação, que nos primeiros sintomas do maligno acidente, comum aos primeiros anos, e mais fatal aos adultos, preveniu com o conhecimento a certeza da sua morte, que esperou constante, e resignado, pedindo os sacramentos, e repetindo fervorosamente os atos mais pios”^[5].

O sentimento de resignação é comum a quem se encontra de luto. De acordo com Pedro Urbano, a renúncia a vontades próprias ou a benefícios e a conformação são consequências deste sentimento^[6]. Através de um discurso eloquente, comum à retórica setecentista, o 4.º conde da Ericeira lamentou a morte de D. Francisco de Sousa, que faleceu com 29 anos. O fim da vida do intelectual foi lamentado por ainda se encontrar na juventude e por gerar um grande desalento na Academia Real da História^[7]. A nível religioso foi descrito como piedoso, devoto, dócil, fiel e prudente^[8]. Enquanto agonizante, foi referido que não perdeu a sensibilidade nem a resignação. Visando elogiar o seu bom carácter, foi reforçado que tal postura perante a morte era inédita.

Faleceu em 14 de novembro de 1729^[9]. Todavia, nos elogios fúnebres de autoria do conde da Ericeira, os agonizantes foram maioritariamente louvados pela resignação e devoção no agravamento da doença. No que respeita às exéquias fúnebres, sucederam-se no Convento de Xabregas e na capela da família de D. Francisco de Sousa. Abstendo-se de descrever mais o evento, o autor do elogio apenas referiu que o enterro aconteceu um dia após o falecimento e que participaram diversas figuras da nobreza portuguesa. A tristeza, as lágrimas e as saudades eram comuns a todos os participantes^[10].

D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses foi destacado pelas virtudes de que era detentor enquanto chefe de família, pai e cristão. Assim, foi reforçada a ideia de que o defunto vivia através dos seus descendentes. A eterna felicidade foi um sentimento alcançado por D. Rodrigo através das suas obras de caridade. Pelas suas virtudes cristãs de generosidade e piedade foi questionado se seria possível transformar-se a mágoa em consolação. Contudo, de acordo com o conde, não era possível, pois o defunto vivia “para a glória e para a posterioridade”, mas morreu para a academia. Assim, foi reafirmado o

início de uma nova vida, de acordo com os preceitos da religião católica, afastado de tudo o que é mundano^[11].

Os estudos teológicos de Rafael Bluteau foram categorizados como integrando as preocupações que o nortearam até ao fim da sua vida. Consciente da sua situação de moribundo, no dia 4 de fevereiro de 1734, requisitou os santíssimos sacramentos e, no dia 13, acabou por falecer. A fé, a esperança e a harmonia foram características que o autor atribuiu ao defunto. Perante as adversidades provocadas pela agonia da morte, o autor descreveu-o como detentor da mesma devoção que mostrava em momentos de felicidade. A tristeza sentida por todos os que privaram com Rafael Bluteau foi reafirmada^[12].

A perseverança do infante D. Carlos perante a doença de asma de que era vítima foi alvo de referência. A fé, a resignação, e a preocupação com a salvação da alma foram uma constante ao longo da sua enfermidade e, mesmo já debilitado. Assim, o autor louvou a força do infante em tolerar as terapêuticas e na realização das suas atividades quotidianas. Por outro lado, o infante foi destacado por ser virtuoso, estudioso, gentil e bondoso^[13].

A sumptuosidade do seu batismo, realizado no mosteiro de São Vicente de Fora, foi relacionada com a tristeza das suas exéquias, no mesmo local, de modo a gerar sentimentos de angústia com uma morte de um jovem:

“Dirá, enfim, o feliz auspício do seu nome, as festivas celebrações do seu nascimento, em 2 de maio de 1716, a magnífica pompa do seu batismo, e, o que seria melhor que não dissesse, a fúnebre, triste e luzida cerimónia do seu enterro no Real Convento de São Vicente dos cônegos regrantes, donde está depositado, vivendo na imortalidade, nas memórias, e nos corações, que nem entre lágrimas afogaram os seus amantes afetos, livrando-os do naufrágio a pia fé, com que creem que melhorou de vida assegurando mais feliz império”^[14].

A religião católica pautou toda a vida de D. Francisco Xavier Leitão. Graças a complicações acrescidas no seu parto, D. Maria Quaresma da Glória requisitou a intercedência de São Francisco Xavier, prometendo atribuir o nome do santo assim que o filho nascesse, o que se verificou em 14 de julho. De acordo com o autor, estas complicações deveram-se à regência do signo de caranguejo: “e faz ele a observação de que parece já antevia o mal, que o recebia, e o com que o havia de tratar o mundo, temendo sair a ele, o que confirmava o influxo do signo de Câncer, em que estava o sol, pois sendo um animal retrogrado, mostrava que sempre lhe

havia de ir para trás toda a boa fortuna»^[15].

O 4.º conde da Ericeira classificou os últimos momentos da vida do intelectual como pautados pela profunda devoção e preocupação acerca da imortalidade da sua alma. As terapêuticas e as intervenções médicas foram classificadas como as “incertezas da medicina” em comparação à certeza de uma segunda vida espiritual. O padre Paulo Amaro acompanhou-o espiritualmente até ao dia da sua morte, na madrugada de 13 de dezembro de 1739. Foi reforçado que o intelectual faleceu a um domingo, dia de Santa Luzia. As exéquias fúnebres realizaram-se na noite do dia 13, com a presença de diversos membros da nobreza^[16].

O falecimento de D. Fernando de Meneses foi classificado como o resultado da divina providência. Por mais difícil de compreender, era forçoso respeitar o que era emanado de Deus. O dissabor que a família enlutada sentia equiparava-se à vontade de garantir o cumprimento das leis divinas. Por outro lado, através da ausência de sentimentos e emoções relacionadas com a incompreensão da morte de um jovem reforçam-se a devoção e religiosidade da família dos condes da Ericeira^[17].

Quando era elogiado pela sua cultura, ou quando os seus conhecimentos eram ostentados, D. Fernando solicitava aos seus familiares moderação nos comentários que eram tecidos. Assim, o desconforto que o jovem sentia por ser exaltado em público era, segundo o avô, causa da sua elevada modéstia. Docilidade, generosidade e compaixão eram outras características que eram atribuídos ao aristocrata. Após a descrição das suas qualidades, foi reforçado que a sua fraca condição de saúde não contribuiu para nenhuma alteração do quadro emocional e sentimental. Por outro lado, sentimentos relacionados com tristeza, revolta e ressentimento perante a doença foram excluídos, visto que foi reforçada a resistência do enfermo perante as adversidades^[18].

As febres altas e o receio de surgirem bexigas resultou no recolhimento do aristocrata, no dia 15 de dezembro de 1741. O agravamento da doença e a ineficácia das terapêuticas aplicadas levou à descredibilização da medicina e à valorização da salvação da alma, tal como era comum a esta categoria de obras. D. Francisco Xavier de Meneses insistiu na necessidade de todos os enfermos se confessarem perante o perigo de uma doença, tal

como era costume da época^[19]. D. Fernando confessou-se ao padre Agostinho de São Boa Ventura. O 4.º conde da Ericeira prestou auxílio ao agonizante e recitou histórias da Santa Isabel da Hungria e de São Jacob. A oração, a confissão e o estudo da vida de figuras religiosas

pautaram os seus últimos instantes^[20].

No dia 31 de dezembro de 1740, após dezassete dias de agonia, veio a falecer abraçado a uma imagem da Virgem Maria e a olhar para um crucifixo: “quando parecia que tinha perdido os sentidos, abraçando-se com uma imagem de Nossa Senhora, e seguindo com os olhos um crucifixo, que com indulgencia plenária para o artigo da morte há na sua família [...], entregou a alma ao seu criador: parece que esperando, que principiasse o dia de sábado, dedicado à Virgem Maria, de quem era tão devoto”^[21].

Segundo o avô, D. Fernando não fez testamento, pois “não devia coisa alguma, nem lhe deviam”. Aspetos relacionados com o embalsamento, mortalha e transporte do corpo não foram mencionados, excetuando o local da sepultura, a capela-mor da Igreja da Anunciada, que o acolheu na tarde de sábado, dia 31 de dezembro^[22]. Não obstante, é possível colocar a hipótese que as exéquias fúnebres de D. Fernando tivessem assumido os mesmos moldes adotados para o funeral de D. Francisco Xavier José de Meneses, que usou o hábito de São Francisco como mortalha e foi transportado em uma tumba.



Feliciano de Almeida (c.1673), Retrato do 3.º conde da Ericeira, Itália, Florença, Galeria Uffizi.



Em textos laudatórios, o recurso ao exagero por parte dos autores não era uma novidade. O 4.º conde da

Ericeira não foi uma exceção, e tal realidade verificou-se com mais regularidade na obra dedicada ao seu neto. O elogiado foi descrito como perfeito a todos os níveis abordados, nomeadamente no parâmetro religioso,

desde os momentos em que lograva saúde ao seu estado de moribundo, nas descrições de quadros sentimentais positivos aos negativos, o autor sempre primou pela descrição do seu alvo de estudo como um católico primoroso.



* Este texto faz parte da investigação realizada para a obtenção do grau de mestre, sob a orientação da Prof. Doutora Isabel Drumond Braga.

** Mestre em História pela Faculdade de Letras da ULisboa, sob a orientação da Prof. Doutora Isabel Drumond Braga. Email iurifernandes@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7971-3145>

[1] Sobre esta temática, vejam-se Arthur Asking, Cristina Sobral, Isabel Almeida, *Examinar os Manuscritos das Livrarias Particulares, Obra do Conde de Ericeira*, Lisboa: Centro Linguístico da Universidade de Lisboa, 2012 e Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre fastos Barrocos*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

[2] Veja-se Fernando Guedes, *O livro e a leitura em Portugal. Subsídios para a sua história séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo, 1987 e Fernando Guedes, *Os Livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias*, Lisboa, Verbo, 1993.

[3] Ángel Alcalá, “La censura inquisitorial de la literatura del siglo de oro em espanã y en Portugal: comparacion de sus ‘índices’ y sus resultados”, *Inquisição: Ensaios sobre mentalidade, heresias e Arte, I Congresso Internacional – Inquisição*, org. de Anita Novinsky e Maria Luísa Tucci Carneiro, São Paulo: Universidade de São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992, pp. 421-456.

[4] Rosemarie E. Horah, “Motivos que levaram os livros luso-espanhoais a serem censurados no século XVI”, *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte, I Congresso Internacional – Inquisição*, org. de Anita Novinsky e Maria Luísa Tucci Carneiro, São Paulo: Universidade de São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992, pp. 470-488.

[5] Maria Teresa Esteves Payan Martins, *A censura literária nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

[6] J. M. De Bujanda, “Censura portuguesa y censura epañola”, *Inquisição Portuguesa. Tempo, Razão e Circunstância*, coordenação de Luís Filipe Barreto et. al., Lisboa, Prefácio, 2007, pp. 447-483.

[7] Ana Cristina da Costa Gomes, “Um caso de censura literária preventiva: o manuscrito quinhentista. Inquisição e segredos da Fé”, *Inquisição Portuguesa. Tempo, Razão e Circunstância*, coordenação de Luís Filipe Barreto et. al., Lisboa, Prefácio, 2007, pp. 513-526.

[8] Francisco Bethencourt, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália.*, 1ª ed., [s.l.], Círculo de Leitores, 1994.

[9] José Pedro Paiva, “Bispos, Imprensa, Livros e censura no Portugal de quinhentos”, *Revista da História das Ideias*, n.º 28, 2007, pp. 687-737.

[10] Giuseppe Marcocci, José Pedro Paiva, *História da Inquisição portuguesa 1536-1821*, 2ª ed., Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016.

[11] Isabel Drumond Braga, “A Inquisição Portuguesa no rescaldo da implantação da Dinastia de Bragança: continuidades, mudanças e adaptações”, *¿Decadencia o reconfiguración? Las monarquías de España y Portugal en el cambio de siglo (1640-1724)*, Madrid: Ediciones Polifemo, 2017, pp. 209-236.

[12] Jorge Fonseca, *Os Livreiros de Lisboa nos séculos XVI e XVII. Estratégias Económicas Sociais e Familiares*, Lisboa: Edições Colibri, 2019.

[13] David Goleman, *Inteligência Emocional*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

[14] María José de la Pascua Sánchez, “La escritura privada y la representación de las emociones”, *Educar los*

sentimientos y las costumbres. Una mirada desde la historia, coord. Mónica Bolufer, Carolina Blutrach, Juan Gomis, Zaragoza: Historia Global, 2014.

[15] Alain Corbin, Hervé Mazurel, *Histoire des sensibilités*, Paris: La vie des idées, 2022.

[16] Pedro Urbano, “A morte de um filho: Dor e luto na correspondência familiar durante a primeira metade do século XIX”, *Reis, Aristocratas e Burgueses: O mundo das cartas privadas (Portugal, séculos XVII-XX)*, coordenação de Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, Lisboa: Colibri, 2024, pp. 103-142.

[17] Cristina Bienvenida Martínez García, “Emoções e sentimentos de Maria das Neves Bragança e Bourbon através da sua correspondência”, *Reis, Aristocratas e Burgueses: o mundo das cartas privadas (Portugal, séculos XVII-XX)*, coord. por Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, Lisboa: Edições Colibri, 2024, pp. 175-207.

[18] Isabel Peixoto, “Sociedade e emoções na Época Moderna – um estudo explanatório”, *Sociedade, Emoções e Sentimentos*, coord. por Maria Marta Lobo de Araújo, Paula Sofia Costa Fernandes e Vera Lúcia Barroso, Braga: Lab2PT, 2024, pp. 26-43.

[19] José Barbosa, *Elogio do ilustríssimo*, pp. 19-21.

[20] Segundo Isabel Drumond Braga, no último quartel do século XVII, em Portugal observou-se o aumento da cultura francesa. Todavia, apesar da cultura castelhana se encontrar em declínio, não deixava de ocupar uma posição privilegiada no quotidiano intelectual português. Sobre esta temática, veja-se Isabel Drumond Braga, “As Realidades Culturais”, pp. 465-565.

[21] Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre fastos Barrocos*, p. 12.

[22] Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre fastos Barrocos*, p. 12.

[23] Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre faustos Barrocos*, p. 12.

[24] Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Tomo II, p. 289.

[25] José Barbosa, *Elogio do ilustríssimo senhor D. Francisco Xavier de Meneses*, pp. 28 e 29.

[26] Friedrich Hermann von Schomberg, foi o 1.º duque de Shomberg. O militar, apesar de ter nascido na Alemanha, naturalizou-se francês. Ao longo da sua carreira militar, o duque serviu diversos países, inclusive Portugal, entre 1662 e 1668, no contexto da Guerra da Restauração (1640-1668). Sobre esta figura, veja-se Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre faustos Barrocos*, p. 12.

[27] Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre faustos Barrocos*, p. 12.

[28] José Barbosa, *Elogio do ilustríssimo*, pp. 29 e 30.

[29] Afonso Zúquete, (dir., coord. e comp.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961, pp. 362-363.

[30] José Barbosa, *Elogio do ilustríssimo*, pp. 73 e 74.

[31] Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Tomo II, p. 290.

[32] Lisboa, ANTT, *Casa Fronteira e Alorna*, n.º 93.

[33] Isabel Drumond Braga, “A infanta Maria Josefa Carmela de Bourbon (1744-1801) e Portugal”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 33, 2023, p. 73.

[34] Lisboa, ANTT, *Casa Fronteira e Alorna*, n.º 93.

[35] Ana Cristina Araújo, “A correspondência: regras epistolares e práticas da escrita”, in Margarida Sobral Neto (coord.), *As comunicações na Idade Moderna*, Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2002, p. 132.

[36] Lisboa, ANTT, *Casa Fronteira e Alorna*, n.º 93, carta n.º 31.

[37] Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Tomo III, p. 78.

[38] Sobre esta temática, vejam-se Ana Leal de Faria, *Arquitectos da paz: a diplomacia portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa: Tribuna da História, 2008, pp. 134-138; Susana M. Miranda, Tiago C. P. dos Reis Miranda, *A rainha arquiduquesa: Maria Ana de Áustria*, coordenação de Ana Maria S. A. Rodrigues et. al., Porto: Círculo de Leitores, 2013, pp. 73-103; Isabel Drumond Braga, “D. João de Almeida Portugal, 2.º conde de Assumar: cerimonial de mesa, política e diplomacia”, no prelo.

[39] Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Tomo III, pp. 78-80.

[40] Sobre esta temática, veja-se Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Tomo I, p. 351 e tomo II, p. 290; José Barbosa, *Elogio do Ilustríssimo*, pp. 53 e 54.

[41] José Barbosa, *Elogio do Ilustríssimo*, p. 77.

[42] Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre fastos Barrocos*, pp. 10-15.

[43] Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das*

“Luzes” entre fastos Barrocos, pp. 28 e 29.

[44] Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História*, p. 33.

[45] Isabel Ferreira da Mota, “Os académicos nas Cortes de D. João e dos Bourbon”, *Las relaciones discretas entre las Monarquías Hispana y Portuguesa: Las Casas de las Reinas (Siglos XV-XIX)*. *Actas del Congreso Internacional*, Madrid, 2007, vol. 3, coordenado José Martínez Millán, Maria Paula Marçal Lourenço, Madrid: Polifemo, 2008, p. 1926.

[46] Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre fastos Barrocos*, p. 48.

[47] Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre fastos Barrocos*, pp. 48-66.

[48] José Barbosa, *Elogio do ilustríssimo*, p. 66.

[49] Sobre esta temática, veja-se: João Franco, *Mestre da vida que ensina a viver e a morrer santamente*, Lisboa Ocidental: Oficina de Maurício Vicente de Almeida, 1736, pp. 465 e 490-510. [50] Apesar de o testamento do conde não ter chegado aos nossos dias, é possível indagar que após a morte do seu filho D. Luís, em 1742, em Goa, o seu principal herdeiro passou a ser D. Francisco Rafael Xavier de Meneses (n.1711).

[51] Segundo Rafael Bluteau: “Entre nós tumba é um ataúde descoberto, ou com arcos por cima, cobertos de um pano negro, como o que os galhudos ou irmãos da Misericórdia levam às costas, quando vão buscar ou enterrar defuntos”. Veja-se Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino*, vol. VIII, Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, p. 324.

[52] José Barbosa, *Elogio do ilustríssimo*, p. 67.

[53] Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, 2.º vol., pp. 291-294.

[54] Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, 2.º vol., pp. 294-296.

[55] Diogo Ramada Curto, et. al., *As Gentes do livro, Lisboa século XVIII*, p. 69.

[56] Maria Teresa Payan Martins, *A censura literária nos séculos XVII e XVIII*, p.42.

[57] Sobre esta temática, vejam-se Afonso Zúquete, (dir., coord. e comp.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3.º vol., p. 468; Conde da Ericeira, *Epicédio D. Francisca Infanta de Portugal*, Lisboa Ocidental: Oficina de António Isidoro da Fonseca, 1737, p. [4].

[58] Conde da Ericeira, *Epicédio D. Francisca Infanta de Portugal*, p. [5].

[59] Conde da Ericeira, *Epicédio D. Francisca Infanta de Portugal*, p. [6].

[60] Conde da Ericeira, *Epicédio D. Francisca Infanta de Portugal*, p. [7].

[61] Isabel Ferreira da Mota, *Academia Real da História*, pp. 47-49.

[62] Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, 2.º vol., pp. 291-294.

[63] [Conde da Ericeira], *Relação da vitória que os portugueses alcançaram no Rio de Janeiro contra os franceses em 19 de setembro de 1710*, Lisboa: Oficina de António Pedroso Galvão, 1711. [Conde da Ericeira], *Relação do sítio, e rendimento da praça de Miranda, que mandou o Mestre de Campo General D. João Manoel de Noronha*, Lisboa: Oficina de António Pedroso Galvão, 1711.

[64] Diogo Ramada Curto, et. al., *As Gentes do livro, Lisboa século XVIII*, p. 149.

[65] Maria Teresa Payan Martins, *Livros clandestinos e contrafação em Portugal no século XVIII*, Lisboa: Edições Colibri, 2012, pp. 14-28.

[66] Diogo Ramada Curto, et. al., *As Gentes do livro, Lisboa século XVIII*, p. 160.

[67] Conde da Ericeira, *Elogio na morte do Senhor Dom Miguel filho de El Rei D. Pedro II que em 13 de Janeiro de 1726 naufragou no Tejo*, Lisboa Ocidental: Oficina da Música, 1721.

[68] Conde da Ericeira, *Oração panegírica, no felicíssimo casamento da sereníssima Senhora D. Maria Barbara, infante de Portugal, e do Sereníssimo Senhor D. Fernando príncipe das Astúrias*, Lisboa Ocidental: Oficina de José António da Silva, 1728.

[69] Sobre esta temática, vejam-se Conde da Ericeira, *Biblioteca Sousana, ou Catálogo das Obras que compôs o Reverendíssimo Padre D. Manuel Caetano de Sousa*, Lisboa Ocidental: Oficina de José António da Silva, 1737; Diogo Ramada Curto, et. al., *As Gentes do livro, Lisboa século XVIII*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007, p. 129.

[70] Conde da Ericeira, *Biblioteca Sousana*.

[71] Diogo Ramada Curto, et. al., *As Gentes do livro, Lisboa século XVIII*, p. 64.

[72] Conde da Ericeira, *Extratos académicos dos livros que a academia de Petersburgo mandou à de Lisboa*, Lisboa Ocidental: António da Silva, 1738.

[73] Diogo Ramada Curto, et. al., *As Gentes do livro, Lisboa século XVIII*, p. 158.

[74] Conde da Ericeira, *Elogio Fúnebre Do Senhor Doutor Francisco Xavier Leitão, Medico da Câmara de Sua Majestade, Cirurgião Mor do Reino, e Académico do número da Academia Real da História de Portuguesa*, Lisboa Ocidental: Oficina de Miguel Rodrigues, 1740.

[75] Conde da Ericeira, *Elogio fúnebre do Senhor Doutor Francisco Xavier Leitão ...*, pp. 20 e 21.

[76] Sobre esta temática, veja-se Anouchka Vasak, “ ‘Les baromètres de l’âme’: météores et sensibilités des lumières

au romantisme”, *Histoire des sensibilités*, dir. Alain Corbin e Hervé Mazurel, Paris: La vie des idées, 2022, p. 59; Thomas Dodman, Quetin Deluermoz, Hervé Mazurel, “Controverses sur l’émotion. Neurosciences affectives et histoire des émotions”, *Histoire des sensibilités*, dir. Alain Corbin e Hervé Mazurel, Paris: La vie des idées, 2022, pp. 95-108 e Leidy Paola Bolaños Florido, “El estudio sociohistórico de las emociones y los sentimientos en las Ciencias Sociales del siglo XX”, p. 181 e Diogo Ramada Curto, *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, p. 31.

[77] Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino*, vol. VII, p. 584.

[78] María José de la Pascua Sánchez, “La escritura privada y la representación de las emociones”, p. 82.

[79] Pedro Urbano, “A morte de um filho: Dor e luto na correspondência familiar durante a primeira metade do século XIX”, p. 127.

[80] Conde da Ericeira, “Elogio de Francisco Dionisio de Almeida da Silva e Oliveira, Fidalgo de Sua Majestade e Académico da Academia Real da História Portuguesa”, *Coleção dos documentos estatutos e memórias da Academia Real da História*, Lisboa Ocidental: Oficina de Pascoal da Silva, 1722, pp. [3 e 4].

[81] Conde da Ericeira, “Elogio de Júlio de Melo e Castro”, *História Panegírica da vida de Dinis Melo de Castro, 1.º conde das Galveias*, Júlio de Melo de Castro, Lisboa ocidental: Oficina de José Menescal, 1721.

[82] Sobre esta temática, vejam-se Conde da Ericeira, “Elogio de D. Francisco de Sousa”, pp. 1-7 e Isabel Ferreira da Mota, “Erudição e vida privada nos inícios do século XVIII. Um estudo de caso”. *Revista Portuguesa de História*, n.º 47, Coimbra, 2018, pp. 257-267.

[83] Conde da Ericeira, “Elogio fúnebre na morte do Senhor D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, Diretor e censor da Academia Real da História Portuguesa”, pp. 1-6.

[84] Veja-se o 2.º capítulo desta dissertação.

[85] Conde da Ericeira, “Elogio do reverendíssimo Padre D. Rafael Bluteau clérigo regular e académico da Academia Real da História Portuguesa”, *Coleção dos documentos estatutos e memórias da Academia Real da História*, Lisboa Ocidental: Oficina de José António da Silva, 1736, pp. 3-5.

[86] Conde da Ericeira, *Elogio Fúnebre ...*, pp. 4 e 5.

[87] Nuno Teles da Silva, “Declaração que fez Nuno da Silva Teles de estar eleito Académico com a aprovação de Sua Majestade o Doutor Francisco Xavier Leitão, sendo Diretor da conferência de 29 de maio de 1736”, *Coleção dos documentos estatutos e memórias da Academia Real da História*, Lisboa Ocidental: Oficina José António da Silva, 1736, pp. 1-3.

[88] Conde da Ericeira, *Elogio Fúnebre ...*, pp 12-20.

[89] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, pp. 20-23.

[90] Conde da Ericeira, “Elogio fúnebre na morte do Senhor D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, Diretor e censor da Academia Real da História Portuguesa”, p. 2.

[91] Conde da Ericeira, “Elogio fúnebre na morte do Senhor D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, Diretor e censor da Academia Real da História Portuguesa”, p. 2.

[92] Veja-se o 2.º capítulo desta dissertação.

[93] Conde da Ericeira, “Elogio do Reverendíssimo Padre D. Rafael Bluteau Clérigo Regular e Académico da Academia Real”, p. 1.

[94] Conde da Ericeira, “Elogio do Reverendíssimo Padre D. Rafael Bluteau Clérigo Regular e Académico da Academia Real”, p. 2.

[95] Conde da Ericeira, “Elogio de Francisco Dionisio de Almeida da Silva e Oliveira, Fidalgo de Sua Majestade e Académico da Academia Real da História Portuguesa”, pp. [3 e 4].

[96] Conde da Ericeira, “Elogio de D. Francisco de Sousa”, p. 10.

[97] Conde da Ericeira, “Elogio de D. Francisco de Sousa”, pp. 10 e 11.

[98] Conde da Ericeira, “Elogio fúnebre na morte do Senhor D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, Diretor e censor da Academia Real da História Portuguesa”, p. 5.

[99] Isabel Peixoto, “Sociedade e emoções na Época Moderna – um estudo explanatório”, p. 33. [100] Conde da Ericeira, “Oração que recitou o conde da Ericeira sendo diretor na Academia Real, que se fez no paço, com a ocasião da morte do sereníssimo Senhor infante D. Carlos”, p. 4.

[101] Paulo Drumond Braga, *D. Mariana Vitória: a rainha discreta*, pp. 80 e 267.

[102] Conde da Ericeira, *Elogio Fúnebre ...*, pp. 7 e 8.

[103] Conde da Ericeira, *Elogio Fúnebre ...*, p. 8.

[104] Conde da Ericeira, *Elogio Fúnebre ...*, p. 13.

[105] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, p. 2.

[106] Veja-se o capítulo 1 da dissertação.

[107] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, p. 4.

[108] De acordo com Artur do Céu Coutinho, a doença de bexigas representa uma designação popular de varíola e de

varicela. Nestes casos, surgem na pele pequenas vesículas cheias de líquido. Sobre esta temática, veja-se Artur do Céu Coutinho, *Dicionário enciclopédico de medicina*, p. 305.

[109] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, pp. 13 e 14.

[110] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, p. 14.

[111] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, p. 15.

[112] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, p. 16.

[113] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, p. 24.

[114] Fernanda Alfieri, “Nel cuore della passioni, standone fuori. L` Universo affettivo del confessore”, *Sensibilità moderne. Storia di affetti, passioni e sensi (sécoli XV-XVIII)*, coord. Alessandro Arcongei e Tiziana Pleban, Roma: Carocci Editore, 2023, pp. 107-113.

[115] Maria Paula Lourenço Marçal, “Viver e Morrer na Corte dos Bragança: Entre as Cerimónias e as Elegias Fúnebres de D. Luísa de Gusmão”, *Reinas, virreinas y aristócratas en las monarquías ibéricas. Estudios sobre mujer, cultura y diplomacia en la Edad moderna, Ezequiel Borgognoni*, Madrid, Espanha: Dykinson, 2022, pp. 162, 177-182.

[116] Ezequiel Borgognoni, “Las exequias segovianas por la reina María Luisa de Orleans, 1689: Organización, ceremonial y sermón fúnebre”, *Investigaciones Históricas, época moderna y contemporánea*, n.º 43, 2023, pp. 478 e 480.

[117] Conde da Ericeira, “Elogio de Júlio de Melo e Castro”, pp. [1-4].

[118] Conde da Ericeira, “Elogio de Francisco Dionisio de Almeida da Silva e Oliveira, Fidalgo de Sua Majestade e Académico da Academia Real da História Portuguesa”, pp. [3-5].

[119] Pedro Urbano, “A morte de um filho: Dor e luto na correspondência familiar durante a primeira metade do século XIX”, p. 126.

[120] Conde da Ericeira, “Elogio de D. Francisco de Sousa”, pp. 1-4.

[121] Conde da Ericeira, “Elogio de D. Francisco de Sousa”, p. 8.

[122] Conde da Ericeira, “Elogio de D. Francisco de Sousa”, p. 9.

[123] Conde da Ericeira, “Elogio de D. Francisco de Sousa”, pp. 10 e 11.

[124] Conde da Ericeira, “Elogio de D. Francisco de Sousa”, pp. 10 e 11.

[125] Conde da Ericeira, “Elogio do reverendíssimo Padre D. Rafael Bluteau clérigo regular e académico da Academia Real da História Portuguesa”, pp. 16 e 17.

[126] Conde da Ericeira, *Oração que recitou o conde da Ericeira ...*, pp. 3 e 4.

[127] Conde da Ericeira, *Oração que recitou o conde da Ericeira ...*, p. 4.

[128] Conde da Ericeira, *Elogio Fúnebre ...*, p. 6.

[129] Conde da Ericeira, *Elogio Fúnebre ...*, p. 20.

[130] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, pp. 2 e 3.

131 [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, p. 12.

[123] Sobre esta temática, veja-se Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II: Uma Biografia*, Lisboa: Tribuna da História, pp. 153-162.

[133] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, pp. 18 e 19.

[134] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, pp. 21 e 22.

[135] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, pp. 22 e 23.